

# ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

## REUNIÃO DAS COMISSÕES CIENTÍFICAS DOS CURSOS

### ACTA Nº. 3/2011/CCC

Ao décimo sexto dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, pelas dez horas e trinta minutos, reuniram, na sala 1.04 da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), as Comissões Científicas de Curso (CCC) de Direcção e Gestão Hoteleira (DGH), Gestão do Lazer e Animação Turística (GLAT), Gestão Turística (GT), Informação Turística (IT) e Produção Alimentar em Restauração (PAR) da ESHTE, convocadas nos termos regulamentares e presididas pelos respectivos Directores de Curso (DC) Helena Moreira, Francisco Silva, Miguel Brito, João Villa de Brito, Cláudia Viegas e Pedro Moita, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações.
2. Análise e balanço do 1º semestre do ano lectivo de 2010/11
3. Outros assuntos.

Estiveram presentes os DC Helena Moreira, Francisco Silva, Miguel Brito, João Villa de Brito, Cláudia Viegas e Pedro Moita, os Coordenadores de Área Científica (CAC) Carlos Brandão, Dulce Sarroeira, Isilda Leitão, João Leitão, João Pronto, Manuela Guerra, Nuno Gustavo, Raquel Moreira, Raul Filipe e Vítor Ambrósio.

A DC Helena Moreira deu início à reunião, mencionando os problemas relacionados com a dimensão das turmas, a inerente dificuldade na sua gestão e a existência de unidades curriculares (UC) com excesso de alunos.

Foi levantada a questão da limitação do número de exames de recurso actualmente permitido, pois os alunos só podem realizar até 2 exames em época de recurso, tendo sido solicitada a opinião dos presentes.

O CAC Raúl Filipe referiu que a situação actual em vigor na ESHTE corresponde ao que se encontra definido na lei geral, mas que o Presidente da instituição pode despachar, determinando de forma diferente.

O CAC Carlos Brandão referiu o risco dos alunos aproveitarem o facto de poderem fazer vários exames em 1ª época e época de recurso e começarem a gerir o que vão fazer em cada época.

A DC Cláudia Viegas considerou que da sua experiência um aluno só opta pelo recurso quando de facto reprova numa cadeira, pelo que defendeu um limite entre 3 a 4 exames para esta época.

O DC Pedro Moita defendeu um limite de 3 exames, considerando benéfico que a época de recurso seja transferida para o final do ano lectivo.

O DC Francisco Silva entendeu que necessita de reflectir melhor sobre este assunto e que transmitirá a sua opinião ao Conselho Técnico Científico (CTC), opinião secundada pelo DC Miguel Brito.

O DC João Villa de Brito considera injusto que alunos que tenham problemas de saúde não possam fazer mais de 2 exames.

A CAC Isilda Leitão considera que, pelos motivos apresentados pelo CAC Carlos Brandão, a época de recurso deve permanecer com limites, entendendo que devem ser no máximo 3 exames e que, para os casos devidamente justificados (ex: doença), o aluno teria mais opções.

O CAC Vitor Ambrósio referiu que o Presidente tem poder para decidir face aos casos excepcionais e sugeriu que a proposta que seguisse para o CTC contemplasse a possibilidade do aluno fazer 6 disciplinas em época de recurso, ficando ao critério do aluno a distribuição das disciplinas pelos semestres. Propôs ainda que a época de recurso tivesse lugar em Julho.

O CAC Carlos Brandão reforçou a necessidade de se manter um limite, para que a situação não se tornasse ingerível, ou até que os alunos começassem a desistir cada vez mais da avaliação contínua, tornando assim os professores quase dispensáveis.

O CAC João Pronto levantou a questão do tempo que é dado aos docentes para a correcção dos exames, referindo que as disciplinas de contabilidade e finanças têm ficado para o fim do calendário lectivo, colocando assim os colegas desta área em desvantagem e que o fundamental seria acabar com o prazo limite, voltando-se à situação antiga, na qual os professores tinham até 48 horas antes do exame de recurso da sua disciplina para disponibilizar as notas.

O CAC Raúl Filipe referiu não ter ainda uma opinião formada sobre o assunto, mencionando a possibilidade de alunos de línguas que só terão oportunidade de fazer exame no final do ano e não no final do semestre, poderão ficar mais desmotivados para fazer a segunda língua. Por outro lado a ESHTE não tem precedências, o que poderá minimizar estes aspectos. De forma geral, parece-lhe bem que sejam 6 disciplinas e que a época seja no final do ano lectivo, mas que ficassem ordenados na 1ª semana os exames das disciplinas do 1º semestre e na 2ª semana, os do 2º semestre.

A CAC Dulce Sarroeira subscreveu a proposta do CAC Vitor Ambrósio. Referiu ainda à semelhança do referido pelo CAC João Pronto, a incoerência na marcação das datas dos exames por parte dos serviços académicos, mencionando uma situação de um exame escrito de línguas marcado a uma 5ª feira, com data limite para entrega da nota final na 3ª feira seguinte, quando os exames de línguas requerem sempre marcação de exame oral, exame esse que só pode ser marcado após correcção do exame escrito, também com 48 horas de antecedência relativamente à oral, tendo a colega sido chamada à atenção pelo facto de não ter cumprido os prazos.

O CAC João Leitão também concordou com o alargamento do número limite, subscrevendo a proposta do CAC Vitor Ambrósio. Concordou ainda com o CAC João Pronto, referindo que o não cumprimento dos prazos tem que ver com a calendarização dos exames.

A CAC Raquel Moreira não quis tomar uma posição na CCC, pois precisa de reflectir mais sobre o assunto. Não lhe parece que 2 exames de recurso sejam insuficientes, pois considera que os alunos estão sempre a tentar protelar as situações. No que se refere a juntar os exames de recurso numa única época considera que pode ser bom para os alunos e para os professores que têm disciplinas semelhantes, referindo que para professores que têm grande diversidade de disciplinas pode ser confuso, não encontrando vantagens em ter só uma época de recurso. Reforçou ainda a questão já levantada pelos colegas das dificuldades em cumprir os prazos por causa do calendário de exames.

O DC Pedro Moita referiu que a questão levantada pela CAC Raquel Moreira, relativamente aos docentes que leccionam disciplinas muito diferentes, já se coloca nos exames de época especial em Setembro.

A CAC Manuela Guerra referiu não ter também ainda uma opinião formada sobre o assunto, considerando que seria importante ouvir o Conselho Pedagógico (CP). Referiu que o facto de se estar a desfazer épocas, poderia fazer com que muitos mais alunos estivessem em avaliação contínua e que provavelmente teríamos menos alunos em recurso, considerando que a realização da época de recurso em Setembro seria uma boa opção.

O CAC Raúl Filipe levantou ainda a questão dos colegas com contrato só no 1º semestre, que teriam de ser chamados para fazer os exames nesta época, tendo o CAC Vitor Ambrósio referido que o mesmo já acontece para a época especial em Setembro.

O CAC Nuno Gustavo considera fundamental ouvir os alunos em CP, considerando ainda importante dissuadir os alunos de fazerem as disciplinas por exame, valorizando a avaliação contínua.

Este aspecto foi valorizado pelos CACs Vitor Ambrósio e Carlos Brandão.

Sobre este assunto ficou decidido que os DC iriam tomar uma posição conjunta e enviar ao CAC Vitor Ambrósio que a levaria ao CTC.

Ainda dentro do ponto das informações, o DC Francisco Silva referiu que foi realizado dentro do prazo a avaliação extraordinária dos cursos de GLAT e PAR e que foi um processo exigente que contou com uma equipa de trabalho muito limitada e com alguns colaboradores que não cumpriram as suas tarefas, o que levou a que os DC tivessem de responder a questões da avaliação para as quais não eram competentes para o fazer. Agradeceu a colaboração dos CAC, mas frisou que é lamentável que diversos professores não tenham respondido atempadamente à solicitação de preenchimento da ficha curricular e da unidade curricular, sendo alguns desses docentes professores a tempo integral e em exclusividade.

O DC Francisco Silva referiu ainda que está desagrado com uma sequência de acontecimentos relacionados com o curso de GLAT. Em primeiro lugar foi proposto pela escola um novo curso fortemente concorrente ao de GLAT sem que se tivesse atendido simultaneamente à reestruturação do curso. De seguida o curso de GALT dia foi reprovado pela agência de creditação devido ao reduzido rácio de Doutorados. Antes da distribuição final do serviço docentes do segundo semestre e em pleno processo de reavaliação do curso, chamou a atenção para a necessidade de reforçar o rácio de doutorados no curso, mas isso não foi considerado. Por fim, considerou que o curso tem uma grande dispersão de docentes e os poucos mais afectos ao seu “core” não são suficientemente valorizados, existindo mesmo a ameaça de dois deles, Francisco Silva e Paulo Figueiredo, não poderem continuar a leccionar no próximo ano na escola por estarem no último ano de requisição e a escola não considerou até agora encontrar uma solução para essa situação.

O CAC João Leitão agradeceu a colaboração por parte do CAC Raúl Filipe e dos colegas da área de inglês na tradução dos documentos referentes ao processo da avaliação extraordinária dos cursos de GLAT e PAR noite.

O CAC Raúl Filipe referiu que é importante que os colegas tenham noção que algumas traduções foram feitas com bastante tempo e outras não, o que se reflecte na qualidade das mesmas.

A DC Cláudia Viegas manifestou a sua surpresa face à colaboração por parte dos colegas de inglês, pois desconhecera o facto, manifestando ainda o seu desagrado pela forma como parte do processo de avaliação do curso de PAR Pós Laboral foi conduzido, tendo sido delegadas tarefas em diversos departamentos da ESHTE relativamente a questões para as quais não tinham competências para responder e que não foram dadas respostas, tendo-se sentido uma total falta de apoio face à importância que tem o processo de avaliação. Agradeceu ainda a colaboração dos CACs relativamente ao pedido de envio das fichas das unidades curriculares.

O CAC Raúl Filipe respondeu à DC Cláudia Viegas, referindo que os colegas de inglês fizeram um esforço tremendo e que não têm qualquer responsabilidade de fazer estas traduções. Referiu ainda que a maioria das pessoas pensa que o trabalho de tradução é uma coisa mecânica e que se faz facilmente, não tendo qualquer noção do esforço que implica. Mencionou também que este é um tipo de colaboração solicitado com alguma frequência à área científica de Língua e Cultura Inglesa e que a ESHTE deveria de ter um orçamento específico para estas situações. Quando foi pedido pelo Presidente que ele próprio CAC de Inglês solicitasse auxílio aos professores, ele terá respondido que não, que o próprio presidente deveria solicitar essa colaboração aos colegas.

O DC Francisco Silva referiu que muito atempadamente foi feita uma reunião sobre este processo tendo-se organizado e delegado funções, mas que para determinados aspectos não foi informado sobre qual seria a solução, nomeadamente no que se refere às traduções, de tal forma que os DCs, não fazem ideia de quem traduziu, ou como e o que eventualmente foi traduzido utilizando o Google, tendo ele próprio chamado a atenção do Presidente para o facto da ESHTE ser uma escola com responsabilidades na formação em línguas e que não seria adequado que as traduções não fossem bem feitas.

A CAC Raquel Moreira referiu que a ESHTE devia ter o seu sítio da internet em português e em inglês, bem como os programas das disciplinas que, de acordo com o RGIES têm de estar disponibilizados no sítio da internet. Referiu ainda que um professor é um professor e um tradutor é um tradutor, havendo inclusive uma associação própria do sector, solidarizando-se com o CAC Raúl Filipe. Referiu que não há nenhuma cláusula nos contratos que nos obrigue a leccionar em inglês ou a traduzir e que a tradução não devia de ter sido pedida aos docentes, concordando ainda com a questão da necessidade de uma verba por parte da ESHTE para estas questões.

A CAC Manuela Guerra solidarizou-se também com a situação relativa às traduções, fazendo um paralelismo com que se passa muitas vezes na sua Área Científica, na qual os cozinheiros e pasteleiras são chamados para tudo o que são actividades “extra” em que é necessário preparar, confeccionar e produzir refeições, bolos, sobremesas, etc., referindo que, embora os colegas da área respondam às solicitações, sentem que essas tarefas ultrapassam as suas funções.

O CAC João Pronto também se mostrou solidário com esta situação, uma vez que também ele próprio se viu “nomeado” como Director de Informática da ESHTE, pelo facto de ser um especialista na área da informática, acumulando essa função informalmente, com a função de docente.

A CAC Dulce Sarroeira, referiu que a ESHTE, dispõe do ClicEshte e que este departamento tem serviço de tradução, com um orçamento específico para esta situação.

No que se refere ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o DC Miguel Brito referiu não ter havido *feedback* negativo em relação curso de IT reestruturado, o que parece ser um bom indicador.

Referiu ainda que gostaria de ver discutida a questão da obrigatoriedade dos 60 ECTS para transitar de ano, mencionando que a gestão do curso deve ser responsabilidade dos alunos.

O DC Pedro Moita referiu que, no âmbito do 1º Semestre de DGH, foram levantados na CPC: - alguns problemas relacionados com a UC de Técnicas Financeiras (elevado atraso no lançamento das classificações e outros problemas de âmbito da avaliação), com a UC de Contabilidade (problemas na avaliação), que o CAC João Pronto teve conhecimento e que está a resolver; uma proposta relativa à duração das aulas práticas de GAB, que a CAC Manuela Guerra teve conhecimento e está a procurar uma solução; e que alguns docentes não apresentaram as classificações parcelares da avaliação contínua.

A CAC Dulce Sarroeira referiu a intenção das línguas de francês e alemão passarem a ser leccionadas a partir do nível de iniciação e não de 3 anos no curso de Informação Turística (IT), uma vez que o ensino secundário já não oferece o francês e o alemão, logo os alunos não trazem conhecimentos anteriores.

De forma geral foram referidas as questões relacionadas com o número de alunos por turma.

Foi levantado de forma geral o problema dos horários das turmas, havendo docentes que são sistematicamente prejudicados e outros que são beneficiados e que esta política deve ser revista. O DC Miguel Brito chamou a atenção para o facto do horário de IT ser muito desmotivante para os alunos.

A CAC Manuela Guerra chamou a atenção para o facto da construção dos horários na ESHTE ser um processo muito complicado e que o ano lectivo que passou foi o primeiro ano em que a ESHTE teve todos os cursos, regime diurno e pós-laboral, em pleno, e que na construção dos horários há muitos constrangimentos relativos quer aos docentes de fora, quer no que se refere às limitações das áreas técnicas.

Foi ainda referido o problema que ocorreu com as pautas on-line dos exames de recurso deste semestre, nas quais não apareciam alunos inscritos para o exame, quando estes se haviam inscrito, levando, em alguns casos a que os docentes, erradamente, pensassem que não tinham alunos para fazer exame.

No âmbito dos problemas relacionados com exames o CAC Raúl Filipe chamou a atenção para um situação que é recorrente e para a qual tem vindo a alertar há vários anos, que é o facto das pautas formais, em suporte informáticos não disporem de um campo para a marcação dos exames orais. Quando são lançadas as notas na pauta, a informação sobre os horários das orais não fica disponibilizada online, ficando apenas registada em suporte papel, no documento que é afixado em local próprio na ESHTE, mas que não se encontra protegido, podendo um aluno retirar dali a informação e afirmar que a pauta não tinha sido afixada, e como tal, não tinha conhecimento da marcação do exame oral.

Foram referidos também os problemas com o lançamento de notas em atraso, que nalguns casos pode ser bastante prejudicial para os alunos. Algumas destas situações estão a ser tratadas pelos CACs, nomeadamente no que se refere à área de Contabilidade e Finanças.

Sobre a área de contabilidade e finanças, o CAC, João Pronto referiu ainda que há algum tempo que são reportados problemas na área, que foram reportados para o Presidente da ESHTE. Mencionou ainda que na sua área existem docentes mais rigorosos e outros menos rigorosos e que nem sempre depende de si, a vontade de manter os menos rigorosos como docentes da ESHTE.

Sobre a questão dos horários e questões relacionadas com o funcionamento dos serviços académicos, o CAC João Leitão, sugeriu que fosse marcada uma reunião com o Presidente e o Vice-Presidente da ESHTE, um representante dos DC, um representante do CP, do CTC e dos CAC, proposta que foi aceite por todos os presentes. A DC Helena Moreira que estava a presidir à reunião ficou encarregue tomar os procedimentos necessários para que a reunião com o Presidente tivesse lugar nos moldes definidos.

Foi referido pela CAC Manuela Guerra uma situação relacionada com Gestão de Alimentos e Bebidas do Curso de DGH, pois os alunos consideram insuficiente apenas 1 hora prática de entre as 3 horas lectivas da disciplina, porque se perde algum tempo no início da aula com a ligação dos computadores, não permitindo grande rentabilidade.

Foi ainda discutida a necessidade por parte dos alunos de terem todos os elementos de avaliação contínua antes da data do exame, e a importância do fornecimento desta informação detalhada – notas das frequências, trabalhos e outros elementos de avaliação, tendo sido solicitado aos CACs que fosse feito este apelo junto dos docentes.

A CAC Isilda Leitão levantou também a questão do fornecimento dos materiais projectados, referindo que os alunos devem aprender a recorrer à bibliografia disponibilizada. Referiu também que em IT há muitas desistências nas turmas do regime pós-laboral.

Referiu ainda a importância e a necessidade do *site* da escola estar em inglês, como já havia sido referido pelos colegas, bem como a necessidade da criação de um orçamento específico destinado à tradução do site e documentos da ESHTE.

O DC Pedro Moita solicitou aos CACs o envio dos programas das UCs, pois sente algumas dificuldades em discutir com os alunos as UCs a realizar em Erasmus, sem conhecer o conteúdo programático das mesmas.

A CAC Raquel Moreira referiu que as reuniões à 4ª feira de manhã não estão a ser uma forma eficaz de trabalho, uma vez que há docentes, que têm aulas até à meia-noite na 3ª feira anterior, bem como aulas até à meia-noite na 4ª feira da reunião e que o melhor era regressar antigo sistema em que as reuniões iam alternando pelos diferentes dias da semana.

A CAC Dulce Sarroeira fez um balanço positivo do 1º semestre, referindo apenas que tem verificado, que há cada vez menos alunos em aula e em avaliação contínua e mais em exame.

A reunião foi encerrada às 13h00 pela DC Helena Moreira, que agradeceu a presença de todos os presentes.

Estoril, 09 Março 2011

Pedro Moita

Cláudia Viegas

Helena Moreira

Miguel Brito

Francisco Silva